

## Apresentação

Abrimos este número 51 com um importante e pertinente artigo neste momento de globalização: *Socialização e percursos (e)migratórios em Portugal: uma análise a partir de retratos sociológicos*. Nesta pesquisa, discute-se a relação entre socialização e emigração qualificada no processo de mobilidade e emigração de portugueses com habilitações acadêmicas nos últimos seis anos. O estudo mostra que “a emigração qualificada parece acontecer como consequência de um reforço entre disposições favoráveis às quais se soma a vontade em concretizar projetos pessoais profissionais que em Portugal não encontram terreno fértil”.

O artigo seguinte – *Significados e perspectivas do insucesso escolar no ensino profissional em Portugal* –, de António Bernardo Morais Pinto, João Paulo Ferreira Delgado e Alcina Manuela de Oliveira Martins, aponta alguns vetores de atuação que podem contribuir para o sucesso educativo dessa modalidade de educação a partir de um estudo em três escolas secundárias do distrito do Porto, em Portugal.

Ainda sobre o ensino técnico, o artigo *Formação profissional e elementos da Nova Ater: um estudo com educandos do curso Técnico em Agropecuária*, de Gustavo Pinto da Silva, Cândida Martins Pinto Tatiana e Aparecida Balem, discute a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que orienta para “a formação de um profissional com visão holística, enfoque multidisciplinar e intercultural”.

O artigo seguinte – *Até quando continuarão públicas as universidades públicas?* –, escrito por Marlene Ribeiro, traz uma importante reflexão sobre as mudanças que vêm experimentando as universidades públicas brasileiras que, “de instituições sociais, podem se tornar organizações sociais, em decorrência das crises do modo capitalista de produção e do consequente esvaziamento do Estado com a adoção do neoliberalismo”. O texto apresenta, então, elementos de compreensão sobre tais mudanças, tanto na organização quanto no funcionamento das universidades, visando entender o padrão que vem sendo imposto e que, ao mesmo tempo, redefine o trabalho docente universitário.

Na sequência, Stephanie Figueiredo Urbano e Terezinha Corrêa Lindino, através do artigo *A suficiência da tutela civil nos casos de bullying*, contribuem com um estudo bastante pertinente na contemporaneidade, pois discutem a tutela civil nos casos de bullying, analisando “a aptidão desse instituto jurídico para conferir os devidos direitos de reparação à vítima e reestabelecer o equilíbrio social denegrido pelo ofensor, punindo-o e desmotivando condutas posteriores”.

Por fim, este número conclui com o artigo *A educação formal enquanto estratégia de luta dos povos caiçaras da Península da Juatinga, Paraty/RJ*, de Vanessa Marcondes de Souza e Carlos Frederico Bernardo Loureiro, problematiza “a relação entre a luta pelo território tradicional e o acesso à educação formal”, destacando a importância da escola formal para os caiçaras da Península da Juatinga frente aos “conflitos socioambientais decorrentes dos diferentes modos de uso e apropriação do território”.

Desejamos a todas as pessoas uma excelente leitura.

Jarbas Santos Vieira  
Sígla Pimentel Hoher Camargo